

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 1. A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

ARTIGO

## MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

---

Maria Cristina Oliveira Bruno\*

### RESUMO

O artigo apresenta os campos constitutivos inerentes aos processos de Musealização da Arqueologia, apontando características dos percursos acadêmicos que têm registrado, problematizado e divulgado as experiências que entrelaçam a Museologia e a Arqueologia neste contexto. Explora, ainda, as intersecções e potencialidades dessas ações nos âmbitos institucionais de regramento preservacionista ou de ensino e pesquisa que têm pautado esses percursos no enfrentamento das questões de educação, patrimônio e desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Musealização da Arqueologia, Museologia, Arqueologia, Patrimônio

### ABSTRACT

This article presents the constitutive fields inherent in Archaeology musealization processes, pointing characteristics of academics routes that have registered, questioned and released the experiences that intertwine Museology and Archaeology in this context. It explores also the intersections and potentials of these actions in institutional settings preservationist or teaching and research that have guided these pathways in facing the issues of education, heritage and development.

**Key words:** Musealization of Archaeology, Museology, Archaeology, Heritage

\* Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.  
E-mail: mcobruno@usp.br

## PREMISSAS: AS INTENÇÕES DAS ROTAS QUE TÊM SIDO PERCORRIDAS

Partindo da noção de processo museológico (BRUNO, 1984), e buscando caminhos metodológicos que conjuguem pressupostos educacionais, respeitando os nexos entre desenvolvimento social e patrimonialização das referências culturais, o percurso de problematizações, experiências, análises e sistematizações que tem sido trilhado para a constituição dos enquadramentos dos processos de Musealização da Arqueologia procuram influenciar nas articulações que sustentam o legado patrimonial. Sem dúvida, no Brasil, tem sido uma trajetória permeada pelas conjunturas institucionais vinculadas aos órgãos preservacionistas, às instituições de pesquisa, ensino e de ação cultural, como também, pelas idiosincrasias derivadas das realidades delineadas pelos modelos de desenvolvimento da infraestrutura do país.

Trata-se, portanto, de um percurso com atalhos de características diferenciadas. Alguns desses atalhos correspondem a questões de longa duração vinculadas à construção da historicidade cultural no Brasil, que reserva espaço de pouca visibilidade para os vestígios desvelados pela Arqueologia, constituindo uma verdadeira estratigrafia do abandono; em outros casos, são atalhos que se confundem com a fragilidade da capacidade das instituições brasileiras que têm responsabilidades com o patrimônio cultural de assumirem ações sistemáticas e sistêmicas no que tange à realização e avaliação de projetos que articulam os objetos interpretados com os olhares interpretantes, matizados pelos estudos arqueológicos, em especial as instituições museológicas e suas congêneres; mas há também os atalhos que têm sido formados a partir das dificuldades do diálogo interdisciplinar essencial para as experimentações museológicas, ou mesmo pelas inadequadas transposições de modelos teóricos e operacionais que, de acordo com a sazonalidade, assumem maior ou menor protagonismo.

Nesse percurso, outra noção se impôs como estruturante desses processos que hoje buscamos entender e delimitar no âmbito acadêmico do conceito de Musealização da Arqueologia. Refiro-me à noção de território, que tem projeção singular nas pesquisas arqueológicas e que nos processos de musealização assume um caráter estruturador e articulador para a proposição, realização, análise e avaliação das experiências museológicas que têm nos vestígios arqueológicos o centro gerador dos processos de musealização (Bruno, 1995). Essa referência diz respeito ao território não só compreendido como o conjunto de espaços e lugares das construções, apropriações e transformações das paisagens culturais pretéritas e contemporâneas, desvelado e interpretado pelo olhar arqueológico e seu arcabouço interdisciplinar, mas ainda ao território construído de acordo com os horizontes e percepções dos diferentes campos de conhecimento que importam aos estudos e ações voltados aos problemas patrimoniais, aqui em especial, a perspectiva museológica e suas interlocuções disciplinares.

Essa trajetória de inquietações, ações e buscas acadêmicas, que já ultrapassa três décadas, pousa suas trilhas em perspectivas processuais atreladas às potencialidades dos territórios, mas se alimenta dos argumentos provenientes dos indicadores da memória que a Arqueologia evidencia e interpreta e a Museologia salvaguarda e comunica, a partir de um

conjunto complexo de procedimentos técnicos e científicos, permeado por idiossincrasias institucionais e enfrentamentos socioculturais.

Com esse amálgama de noções e argumentos, tem sido possível constituir as premissas e o contexto de um conceito acadêmico identificado como Musealização da Arqueologia, lembrando sempre das colocações de Georges Canguilhem (1990) ao afirmar que importa à historicidade de um conceito os seus campos de constituição e validade, as regras sucessivas de uso e os meios teóricos múltiplos. Nesse percurso de constituição desse conceito e na busca de evidências de sua validação sempre foram considerados a importância do conhecimento a partir dos estudos arqueológicos e o exercício sistemático da interlocução interdisciplinar, mas a preocupação central tem recaído sobre três aspectos: a proposição daquilo que é específico da Museologia neste contexto, a indagação sobre as contribuições daqueles que nos precederam e se aproximaram das inquietações agora colocadas e, em especial, a irradiação e a multiplicação das problematizações geradas pelas ações e estudos de Musealização da Arqueologia.

Portanto, as premissas que embasam as ações e reflexões sobre Musealização da Arqueologia, ora apresentadas, têm sido direcionadas para o cenário universitário com vistas não só ao reconhecimento dos respectivos trabalhos acadêmicos, mas em especial com o propósito de submeter os seus resultados a olhares especializados e comprometidos com a produção científica. Da mesma forma, essas premissas têm pautado a inserção de comunicações nos diversos certames científicos das áreas correspondentes, com a expectativa de gerar debates entre pares e influenciar as novas gerações de profissionais, como também, estas mesmas premissas têm caracterizado a participação dos interessados nas abordagens relativas ao regramento dos aspectos preservacionistas que cercam os problemas da Arqueologia.

As intenções que têm direcionado o percurso da Musealização da Arqueologia, embasadas pela compreensão sobre a necessidade da perspectiva processual para a constituição do legado patrimonial, têm se consolidado pela percepção de que sua área de abrangência pode ser projetada para a construção de mediações entre os indicadores da memória desvelados pela Arqueologia e os territórios de intervenção museológica, interferindo no destino daquilo que as sociedades elegem, ou são levadas a eleger como relevante, definindo a sua interpretação como bem patrimonial (Cardoso, 2014). No âmbito dessas intenções há a nítida compreensão de que a Arqueologia, na contemporaneidade, assume que seus estudos têm multivocalidade, se organizam também a partir das influências de outros campos de conhecimento e se expressam de acordo com distintas correntes de pensamento.

## DILEMAS: OS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

O conceito de Musealização da Arqueologia, que tem sido construído a partir de diferentes influências e operacionalizado em distintos contextos culturais, está vinculado, sem dúvida, às estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos. Dessa longa e definidora ancestralidade, de acordo com Pomian (1988), a arqueologia musealizada nos dias de hoje é herdeira de duas expressivas tendências. Por um

lado, é possível identificar os museus arqueológico-artísticos que valorizam os apelos estéticos das coleções, a partir de objetos que já foram criados como semióforos, marcam os chamados grandes momentos civilizatórios e se valem de aproximações com os campos da História, Filosofia e Artes. Por outro lado, despontam os museus arqueológico-tecnológicos, voltados para os acervos pré-históricos, que priorizam as técnicas e as funções dos artefatos de seus acervos, projetando análises etnográficas, geográficas e geológicas. Trata-se, com certeza, de um cenário ainda presente nos dias de hoje, organizado a partir de critérios muito segmentados, ancorado na institucionalização da pesquisa e preservação patrimonial e que ainda desempenha funções científicas, educativas e preservacionistas.

Apesar da importância dessa herança, que tem moldado o perfil de muitas instituições, permeado o ensino dos campos profissionais envolvidos e influenciado na percepção das sociedades sobre o patrimônio arqueológico, a arqueologia musealizada tem evidenciado a superação dessa dicotomia e priorizado inéditos problemas que valorizam a perspectiva de interseção entre a herança dos diversos fluxos socioculturais e as questões contemporâneas, moldada pelas potencialidades do uso qualificado do patrimônio. Com isso, hoje, as fronteiras entre as tendências identificadas por Pomian, mencionado anteriormente, são muito tênues e seus domínios estão em constante movimentação. Em estudos precedentes (BRUNO, 1995 *opcit*, 2000 e 2008; MORAES WICHERS, 2010 e 2011), a historicidade dos museus de Arqueologia em geral e particularmente no caso brasileiro, já foi abordada, decifrando aspectos que têm permeado a arqueologia musealizada, identificando a presença de vestígios arqueológicos em museus de diferentes tipologias e registrando movimentos que evidenciam trânsitos institucionais entre tradições e rupturas no que diz respeito aos modelos de gestão.

Agora, neste texto, o interesse está centrado na decodificação dos elementos que constituem os processos de Musealização da Arqueologia em seus domínios teóricos e estratégias metodológicas. Não se trata da apresentação de mais uma tendência e sim da indicação de um equilíbrio mais adequado entre os campos da Arqueologia e Museologia no que tange às ações de preservação, valorização, extroversão e educação dos contextos culturais que têm nos bens arqueológicos o eixo gerador de ações patrimoniais.

De acordo com Shanks e Tilley (1992) pode-se compreender por musealização a elaboração de um sistema estético para criar significados. Já Waldisa Rússio Guarnieri (1990) aponta que ao projetarmos as intenções de documentalidade e fidelidade quando musealizamos os objetos e artefatos estamos procurando construir informações, o que pressupõe a transmissão de conhecimento (afetivo / cognitivo), a realização do registro (daquilo que foi identificado) e o acesso aos mecanismos da memória (sistematização de ideias). Entre as colocações desses autores, pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica. Essa atenção museológica corresponde, por sua vez, à aplicação de princípios e procedimentos de um campo de conhecimento que tem se constituído no âmbito das Ciências Sociais e Aplicadas e conta em

seu eixo gerador com a construção do fato museal<sup>1</sup>, o reconhecimento do fenômeno museológico e a valorização dos processos de musealização.

No contexto da construção epistemológica, que sustenta as raízes dos processos de musealização, é importante mencionar Rússio<sup>2</sup> em sua proposição:

“A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciências, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato etc.” (RÚSSIO,1981: 53)

Essa frase pontua não só uma configuração explícita dos domínios que importam ao campo de conhecimento museológico, mas registra as rotas precursoras da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri<sup>3</sup> por caminhos que aproximaram várias correntes de pensamento, em especial, com autores do leste europeu.<sup>4</sup> Essas mesmas rotas, que influenciaram gerações de profissionais no Brasil, notadamente em São Paulo, foram identificadas por Peter Van Mensch (1994) como uma das tendências do pensamento da Museologia.

O campo de ação museológica, quer seja no âmbito do universo das instituições e dos processos museológicos que cotidianamente realizam as múltiplas articulações entre as sociedades e os indicadores da memória, ou também no âmbito dos contextos acadêmicos que se projetam a partir de hipóteses, experimentações e análises em relação a essas mesmas articulações, é um campo com multivocalidade, edificado a partir dos desafios do diálogo e das negociações culturais, das dificuldades dos trabalhos sistemáticos e interdisciplinares e, como os outros campos de conhecimento, enfrenta dilemas.

Por um lado, as ações museológicas têm buscado sistematicamente a problematização sobre as infinitas implicações da memória, nos territórios individuais e coletivos, que sustentam as nossas inflexões pessoais e existenciais e interagem com a nossa inserção no coletivo e no social do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, pode-se apontar que a memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões / manifestações), com as paisagens (espaços / lugares) e com as coisas (objetos / artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação. A partir dessa perspectiva os vestígios arqueológicos são fortes indicadores que nos ajudam a compreender questões relevantes inerentes à temporalidade e à territorialidade, como

---

<sup>1</sup> A projeção do fato museal como o eixo gerador do campo de conhecimento museológico teve sua origem vinculada às premissas teóricas propostas por Ana Gregorá e Zbynek Stransky apresentadas na publicação *Museological Working Papers* do ICOFOM/ Comitê de Teoria Museológica do Conselho Internacional de Museus(1982).

<sup>2</sup> Waldisa Rússio passou a assinar Waldisa Rússio Camargo Guarnieri em 1984

<sup>3</sup> As suas reflexões estão reunidas na publicação “Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional” (Bruno, M.C.O. – coordenação editorial), ICOM/Pinacoteca do Estado, São Paulo, 2010.

<sup>4</sup> Refiro-me em especial a Zbynek Stranký e Anna Gregorová.

também, contribuem na caracterização de questões identitárias, permitindo a expansão dos cenários dos territórios de memórias.

Por outro lado, as ações museológicas têm as suas intenções orientadas para a identificação, socialização e preservação dos indicadores das paisagens culturais, depositando um grande interesse pela memória dos territórios e pela constituição de conjuntos patrimoniais. Dessa forma, pode-se compreender que patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações. Nesse âmbito o vestígio arqueológico exige atenção especial e, em alguns casos como ocorre no Brasil, a evidência arqueológica ao ser desvelada já se configura como um bem patrimonial de interesse da nação.

Reunindo as ações museológicas direcionadas para as implicações da memória com as suas respectivas interferências na constituição do patrimônio, pode-se reconhecer que a especificidade da Museologia está na administração dos sistemas da memória, que se alimenta das influências dos territórios da memória e colabora com a construção e o tratamento dos indicadores inerentes à memória dos territórios. Nesse contexto, a Musealização da Arqueologia está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos.

O termo “Museologia”, nos dias de hoje, atrai diversos olhares acadêmicos e compõe com distintas questões inseridas em contextos geopolíticos diferenciados, com problemas gerados pelos impactos das tecnologias, pelos desafios inerentes às perspectivas de inéditas dimensões patrimoniais, e ainda, pelos impasses éticos que tangenciam os dilemas do pós-colonialismo, do empoderamento cultural, do reconhecimento da alteridade, entre muitas outras questões que têm sido abordadas por aqueles que se importam com a constituição deste campo de conhecimento ou procuram compreender a função dos museus e dos processos museológicos na contemporaneidade, em um contexto comunitário e de desenvolvimento local ou, em outro extremo, nos trânsitos e rotas que têm consolidado o mundo globalizado.

As perspectivas que têm sido permeadas pelas pesquisas arqueológicas e seus múltiplos resultados têm implicações, com maior ou menor representatividade, na qualificação dos processos museológicos e trazem para a Museologia desafios singulares que têm permitido a este campo de conhecimento a ampliação de horizontes quer seja no que diz respeito às ações relativas à conservação e documentação dos vestígios arqueológicos musealizados, quer seja pela identificação de adequadas linguagens expositivas e experimentações de mediação educativa de suas ações comunicacionais, entre muitas outras contribuições que valorizam as reciprocidades entre a Museologia e a Arqueologia, enquanto campos de conhecimento autônomos, mas com cumplicidades no universo da construção do legado patrimonial.

Hoje, para os estudiosos do campo da Museologia há a percepção de que transitamos entre distintas tendências do pensamento museológico. Mas pode-se considerar que sua hierarquia

epistemológica é organizada em torno da Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada, tendo como eixo gerador e definidor a compreensão que o seu objeto central de estudo está voltado para a compreensão da relação entre o Homem (público / comunidade / sociedade) e o Objeto (referência cultural / indicador da memória) em um Cenário (instituição / espaço construído / território de intervenção), conforme já mencionado.

O desenho dessa hierarquia parte da Museologia Geral, no que se refere aos princípios elementares atrelados aos domínios da construção e gestão de elos entre herança patrimonial e sociedade contemporânea, mas encontra a sua base referencial na Museologia Aplicada que delimita estes elos aos contextos (perfil histórico e sociocultural dos fruidores e participantes das ações museológicas) e textos (natureza e especificidades das tipologias das referências culturais) museológicos, delimitando e orientando a vocação dos processos museais. Entretanto, é na dimensão da Museologia Aplicada ou Museografia que os processos museológicos encontram as suas raízes permitindo, ainda hoje, que um conjunto articulado de técnicas voltadas para as formas de aquisição de acervos, documentação e conservação das coleções adquiridas, exposição e ação educativo-cultural dos bens selecionados e preservados, encontre eco junto às políticas públicas de educação, cultura e ciência, justificando a sua função social.

Nesse contexto a Museologia se debruça sobre duas vertentes de problemas. Por um lado, estuda as relações que as sociedades estabelecem com a sua herança cultural musealizada e, por outro, em sua dimensão aplicada, elabora novas relações entre as sociedades e suas expressões culturais, com vistas a contribuir para a constituição do legado patrimonial. Nas duas vertentes, o campo de estudo museológico considera que o centro da sua atenção reside na informação, implícita ao patrimônio material e imaterial por ser um indicador de memória (BRUNO, 1995 *op cit*).

Uma vez delineado o objeto de estudo dessa área de conhecimento e seus principais problemas que permitem mostrar a sua autonomia científica, tem sido possível avançar e propor a operacionalização intrínseca a esses processos e, também, os seus subcampos constitutivos.

Em um primeiro momento surge a pertinência da evocação da cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) como eixo estruturador da especificidade da Museologia e se configura em um conjunto sistêmico de ações técnicas, que assume distintas características a partir dos diferentes domínios de sua aplicação (Museologia Especial e Museologia Aplicada), permitindo a identificação de tipologias museológicas, o enfrentamento de questões socioculturais diferenciadas em função destas tipologias e a caracterização dos conteúdos essenciais para a formação profissional desta área. À essa cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação, são agregados outros elementos com igual importância no que se refere às dimensões operacionais da gestão e da avaliação dos mesmos procedimentos, subordinando as ações museológicas às necessidades de qualidade dos serviços, da sustentabilidade da produção de suas ações e no que se refere à participação pública nas atividades curatoriais compartilhadas ou colaborativas.

Em um segundo segmento, identifica-se que a Museologia em sua dinâmica teórico-metodológica estabelece três subcampos constitutivos: o subcampo essencial que se configura em torno do fato museal; o subcampo de interlocução que sustenta o fenômeno museológico e é responsável pelas aproximações interdisciplinares e multiprofissionais no âmbito das instituições e dos processos museológicos e o subcampo de projeção que permite a aproximação com a sociedade em suas múltiplas variáveis.

A Musealização da Arqueologia contextualizada nos domínios dos campos epistemológico e operacional da Museologia exige atenção particular, correspondente à identificação e análise em relação ao perfil da Museologia Especial, que caracteriza as potencialidades patrimoniais dos vestígios arqueológicos e suas respectivas interlocuções com distintos contextos culturais e, no que diz respeito à Museologia Aplicada ou às técnicas museográficas, cabe mencionar que o tratamento e a extroversão de bens arqueológicos exigem estratégias metodológicas específicas o que tem contribuído com a expansão do escopo das experimentações museológicas.

A identificação dos fatores (texto e contexto) e a experimentação dos procedimentos (técnicas museográficas) são fundamentais para a constituição dos processos de Musealização da Arqueologia e têm ocupado espaço considerável na produção acadêmica e nos debates em certames que envolvem os problemas da Arqueologia, Museologia e Patrimônio e que se importam com a multivocalidade das ações museológicas voltadas para o patrimônio arqueológico, considerando inclusive que a conjugação entre fatores e procedimentos em contextos museológicos leva a ações e seleções realizadas no presente, mas que são responsáveis pela escolha de futuros possíveis a se realizar em algum ponto de nossa trajetória (SANTOS, 2000).

De acordo com os argumentos enunciados neste texto, é importante sublinhar que as análises sobre o perfil e as delimitações da Museologia, com vistas à expansão de seu campo epistemológico, insere outra perspectiva a partir da discussão sobre o conceito de pedagogia museológica, como resultante das operações intrínsecas ao fato, fenômeno e processo, anteriormente mencionadas, entendendo-o como elemento relevante e definidor de sua vocação social no que tange à educação para a memória e para o patrimônio. Para tanto, compreende-se que o conjunto de procedimentos de salvaguarda e comunicação, aplicados aos distintos contextos museológicos implica em ações com as seguintes potencialidades: identificação da musealidade: que é responsável pelas proposições de incentivo à observação e à percepção; aprimoramento da percepção seletiva: que reitera a potencialidade do exercício do olhar e da identificação do que é visto; tratamento dos bens selecionados: que representa a indução ao uso qualificado das referências culturais, potencializando as rotas constitutivas da herança patrimonial; valorização dos bens patrimoniais: a partir de estratégias de interpretação, extroversão e difusão dos bens selecionados.

Os desdobramentos pretendidos por aqueles que se interessam pelo campo da Museologia residem na sistematização das análises provenientes das experimentações das ações constitutivas da pedagogia museológica e na elaboração de novas formas de



enquadramento e tratamento dos bens patrimoniais. São, por sua vez, expressões do exercício do olhar, entendendo que:

“O olhar tem que ter os atributos principais: lucidez e a reflexividade. Para ser lúcido, o olhar tem que se libertar dos obstáculos que cerceiam a vista; para ser reflexo, ele tem que admitir a reversibilidade, de modo que o olhar que vê possa por sua vez ser visto” (ROUANET, 1989: 131).

É possível afirmar que, hoje, esse campo faz parte dos sistemas de administração da memória, elabora processos de representação do real e estabelece estratégias de educação para a memória e para o patrimônio. Este campo também tem sido interpretado como um universo gerador de divisas econômicas, ou por seu tradicional vínculo com a valoração do patrimônio que está sob sua guarda, ou pelo fato de gerar fluxos turísticos e de lazer, alavancando economias locais ou globalizadas. A configuração do campo de conhecimento inerente à Museologia também como um processo pedagógico em sua totalidade implica em valorizar a potencialidade deste campo para dar um destino para aquilo que as sociedades elegem como relevante da sua trajetória e, por sua vez, que este destino possa desempenhar uma função social, que facilite a nossa compreensão sobre as reciprocidades entre os territórios da memória e a memória dos nossos territórios.

Os dilemas enfrentados pela elaboração, realização e avaliação dos processos de Musealização da Arqueologia correspondem em geral aqueles que são comuns à aplicação da Museologia para as diversas tipologias de bens patrimoniais, mas, especialmente, estão subordinados aos avanços teóricos e metodológicos da pesquisa em Arqueologia que, por sua vez, são responsáveis pelas primeiras instâncias de interpretação dos vestígios arqueológicos, como também dependem da predisposição para a interlocução interdisciplinar e ação multiprofissional. Ainda no que diz respeito às experiências brasileiras, nas últimas décadas, os processos de Musealização da Arqueologia, de forma expressiva, têm sido alavancados por parâmetros inerentes à legislação ambiental, que por sua vez, correspondem aos projetos desenvolvimentistas que causam distintos impactos no território nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS DA MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

Da mesma forma como ocorreu em outros países colonizados, os museus entre nós representam mais uma herança dos processos de colonização legados pela Europa que, direta ou indiretamente, se valeram das características das paisagens deste território e das correspondentes expressões culturais para alimentarem os seus acervos a partir de distintas percepções estrangeiras, como também influenciaram o surgimento e a formatação de instituições preservacionistas e de pesquisa em diversas regiões do país. Os vestígios arqueológicos estão inseridos e contextualizados no âmbito dessas influências e, apesar, das mudanças ocorridas há ainda uma expressão muito forte das instituições organizadas em torno das premissas da arqueologia musealizada.

Entretanto, a história dos museus brasileiros evidencia um papel de coadjuvante para a Arqueologia, que vem sendo lentamente alterado nos últimos anos. Os dois séculos de museus no Brasil permite verificar que, em um primeiro momento, os acervos arqueológicos ficaram misturados com as coleções de história natural, depois foram sufocados pelas coleções etnográficas e mais tarde desapareceram em função da proliferação dos museus de história e de arte. A própria história da cultura brasileira, que construiu uma estratigrafia do abandono em relação aos povos nativos, contribuiu para essa visão equivocada dos bens patrimoniais pré-coloniais.

A regionalização dos museus, a multiplicação das pesquisas em diferentes estados brasileiros e o reconhecimento da importância da formação profissional, tanto em Arqueologia quanto em Museologia, tem alterado este cenário nas últimas décadas que, via de regra, está amparado pelos contextos universitários. De forma muito lenta, nos últimos anos, as preocupações com a preservação, a divulgação e a educação a partir dos olhares da Arqueologia passaram a fazer parte das discussões acadêmicas e têm ocupado espaço significativo nos projetos de pesquisa arqueológica. Neste contexto, a modernização dos museus, a aplicação de mediações junto ao público infanto-juvenil, a preocupação com procedimentos de gestão curatorial, entre outros aspectos têm caracterizado os temas das abordagens acadêmicas.

Mas, as transformações mais expressivas estão subordinadas aos impactos ambientais derivados dos projetos de infraestrutura do país, que têm projetado luz nos impasses entre as ações necessárias para o desenvolvimento econômico das diferentes regiões e as preocupações com a preservação patrimonial e a gestão dos vestígios arqueológicos. Em ambos os lados desses impasses, há a presença das sociedades e das comunidades que têm participado, com maior ou menor compartilhamento de ações museológicas, caracterizando o perfil do fato museal aplicado aos “textos arqueológicos” e aos “contextos brasileiros”.

A percepção desses impactos tem sido, desde sempre, impulsionadora das ações vinculadas ao regramento preservacionista, uma vez que desde as lutas lideradas por Paulo Duarte, (gerando a promulgação da Lei 3.924/61), passando por ações de várias gerações de pesquisadores, a proteção dos bens arqueológicos tem sido uma tarefa árdua que se contrapõe às questões econômicas. Essas preocupações, por sua vez, têm uma influência direta na arqueologia musealizada que herdamos e tem caracterizado o perfil dos processos contemporâneos de Musealização da Arqueologia, alavancando-os para os patamares das políticas públicas, das exigências da educação patrimonial e, sobretudo, projetando de forma exponencial os vestígios, as coleções e os acervos arqueológicos. Se por um lado, as questões arqueológicas têm despertado mais interesse, por outro, a proteção e projeção dos vestígios arqueológicos têm evidenciado problemas sem precedentes de produção de conhecimento e de logística de gestão patrimonial.

Finalmente, cabe destacar que a Musealização da Arqueologia no Brasil pode colaborar para amenizar as distâncias entre o Brasil Indígena e o Brasil Colonizado, entre o campo e a cidade, o erudito e o popular, o norte e o sul, o público e o privado e, sobretudo, entre a universidade e a sociedade em geral. A extroversão dos bens arqueológicos por meio de

exposições e ação educativa pode ampliar, para os diversos segmentos da sociedade, por exemplo, as abordagens sobre a antiguidade da ocupação do território brasileiro e da nossa diversidade cultural. Os museus deste país – em especial os de Arqueologia – nos ajudam a compreender como somos, a conhecer a ciência que produzimos e a arte que elaboramos. Da mesma forma, essas instituições registram as nossas fronteiras geográficas, sinalizam em relação às rotas e caminhos percorridos pelas sociedades que nos precederam e permitem conhecer a longevidade dos nossos povos. Apesar de todos os problemas e descaminhos, os processos museais não podem ser desprezados por aqueles que falam em preservação, desenvolvimento sustentável, globalização cultural e excluídos sociais. Para cada uma dessas esferas, comuns aos dilemas contemporâneos, os processos museológicos têm implicações e responsabilidades muito definidas.

Equilibrando-se, muitas vezes, entre os compromissos com a pesquisa arqueológica e os procedimentos de salvaguarda e a comunicação dos respectivos acervos, os processos de Musealização da Arqueologia podem colaborar com a difícil tarefa de explicar o Brasil. Os trabalhos acadêmicos nesse contexto têm procurado ajustar os olhares da Arqueologia e da Museologia, estabelecer reciprocidades entre estes campos científicos e experimentar rotas que aproximem os bens arqueológicos das sociedades contemporâneas, considerando sempre que

“temos que colocar um primeiro dado também da realidade, do momento que a gente está vivendo dentro da ciência museológica ou da prática museológica. Há, na realidade, uma museologia existente, real, que está aí fora, e uma museologia postulada, sonhada, desejada (RÚSSIO,1984: 65)

Apesar do tempo decorrido entre essa colocação e os dias atuais, as reflexões e os debates que emergem da Musealização da Arqueologia evidenciam que ainda precisamos estar atentos à dicotomia entre a realidade e a utopia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, M. C. O. 1984. O Museu do Instituto de pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 1995. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 2000. A luta pela Perseguição ao Abandono. Tese de Livre Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNO, M.C.O. 2008. Museu e museologia: ideias e conceitos. Abordagens para um balanço necessário. Workshop ICOFOM LAM. Rio de Janeiro, pp 1-7.
- CANGUILHEM, G. 1999. *La santé: concept vulgaire et question philosophique*. Toulouse: Sables.
- CARDOSO, P.M. 2014. *O que é Museologia?* Lisboa: IGAC, pp 1 – 28.
- GUARNIERI, W. R. C. 1990. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, n. 3.
- MORAES WICHERS, C. A. de. 2010. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

- MORAES WICHERS, C. A. de. 2011. Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MENSH, P. V. 1994. *Objeto de Estudo da Museologia*. Trad. Débora Bolsabello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UFG
- MUWOP/DOTRAM 1980. *Museological Working Papers no. 1. Révue de Débat sur les problèmes fondamentaux de la Muséologie*, Estocolmo.
- MUWOP/DOTRAM 1982. *Museological Working Papers no. 21. Révue de Débat sur les problèmes fondamentaux de la Muséologie*, Estocolmo.
- POMIAN, K. 1984. Coleção. IN: *Enciclopédia Einaudi. Memória - História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1ª. ed., pp 51 – 86
- ROUANET, S. P. 1989. O Olhar Iluminista. IN: *O olhar*. São Paulo: Editora Schwarcz, pp.125- 148.
- SANTOS, M. 1996. *Território e Sociedade*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1992. *Re-Constructing Archaeology*. London & New York: Routledge.
- RÚSSIO, W. 1981. L'Interdisciplinarité em Muséologie. IN: *Museological Working Papers. Stockolm*, no. 2.
- RÚSSIO, W. 1984. Texto III. IN: *Produzindo o Passado – Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense.